

Versão Online ISBN 978-85-8015-079-7
Cadernos PDE

VOLUME II

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Produções Didático-Pedagógicas

2014

PRODUÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA

IDENTIFICAÇÃO

Título: Leitura e escrita no Ensino Fundamental: os gêneros “charge” e “artigo de opinião” em foco.	
Autor: Margarete Brugnerotto Balbinoti	
Disciplina/Área:	Língua Portuguesa.
Escola de Implementação do Projeto e sua localização:	Colégio Estadual Rui Barbosa – EFMeP
Município da escola:	Nova Laranjeiras
Núcleo Regional de Educação:	Laranjeiras do Sul
Professor Orientador:	Sonia Merith Claras
Instituição de Ensino Superior:	UNICENTRO
Relação Interdisciplinar:	
Resumo:	O objetivo desse projeto é trabalhar a leitura e a escrita, tendo em vista que constituem fatores fundamentais para a inserção do ser humano na sociedade de hoje. A leitura leva o educando ao acesso às informações, à ampliação do vocabulário, ao desenvolvimento da criticidade e, ainda, ao interesse na busca pelo conhecimento sobre diversos assuntos. Diante do exposto, justifica-se a realização do presente trabalho, tendo em vista a necessidade de despertar no educando habilidades de interpretação e produção escrita a partir de reflexões sobre os gêneros charge e artigo de opinião. A premissa destas atividades calca-se na leitura e reflexão crítica, de forma dialógica, desenvolvendo nos

	alunos as capacidades cognitivas de articulação dos saberes de suas vivências, promovendo a construção de argumentos coerentes e lógicos, culminando em produções textuais de artigos de opinião. A pesquisa foi fundamentada, principalmente, nos seguintes autores: Antunes, Bakhtin, Geraldi, Lessa, Lopes-Rossi, Marcuschi e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (DCEs).
Palavras-chave:	Leitura; Escrita; Charge e Artigo de Opinião
Formato do Material Didático:	Unidade Didática.
Público:	Alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental.

1 APRESENTAÇÃO

Sabe-se que há muitos anos o ensino de Língua Portuguesa deixou de centrar-se unicamente na gramática e o texto passou a fazer parte das aulas em maior intensidade. A decoreba de regras cedeu lugar para que o aluno possa se desenvolver enquanto leitor e produtor competente/crítico de textos dos mais diversos gêneros, os quais circulam em variados âmbitos da sociedade atual.

O que se observa nas escolas é a inabilidade dos alunos em decodificar, correlacionar ideias e fatos, inferir, perceber efeitos de humor, de ironia, entre outras tarefas na leitura de diversos gêneros textuais que se fazem presentes nos inúmeros veículos de informação e comunicação. Paralelamente ou, em consequência disso, as dificuldades de produção textual e reflexão sobre a linguagem também têm chamado a atenção de docentes da língua materna. Além disso, segundo Antunes (2003), normalmente as atividades de leitura estão condicionadas às habilidades mecânicas de decodificação da escrita, sem conduzir o aluno para a dimensão da interação verbal.

O momento atual caracteriza-se pela diversidade de leituras, fato este que exige alunos atentos, críticos e argumentativos, especialmente quando se trata do gênero charge, tendo em vista que esta modalidade de texto suscita no leitor algo mais do que meramente o efeito informativo ou humorístico. A charge caracteriza-se

por um instrumento que utiliza a linguagem verbal e não verbal para chamar a atenção do receptor, linguagem esta com propósitos específicos e definidos, deixando, portanto, de ser neutra. Neste sentido, este gênero textual exige o desenvolvimento de habilidades de leitura, de interpretação, de conhecimento de mundo e, principalmente, do poder argumentativo e crítico do leitor. Do contrário, o aluno não encontrará respaldo argumentativo suficiente para o embasamento na produção textual de um artigo de opinião. Além disso, muitas vezes, o estudante sai do ensino fundamental frustrado com as dificuldades que encontra na leitura e na escrita.

A relevância da leitura, da interpretação e da escrita contribui para o desenvolvimento cognitivo na medida em que possibilita com que o aluno produza sentidos a partir dos pressupostos contidos no texto. “A leitura se torna plena quando o leitor chega à interpretação dos aspectos ideológicos do texto, das concepções que, às vezes sutilmente, estão embutidas nas entrelinhas” (ANTUNES, 2003, p. 81).

No ato da leitura e da interpretação, da (des)construção do texto, o leitor/interlocutor encontra pistas em sua estrutura que, articuladas ao contexto social, cultural e histórico, conduzem a determinadas interpretações e produções de sentidos, por isso, conforme Antunes (2003, p. 84), “[...] a totalidade do sentido do texto tem que ser encontrada também em níveis que transcendem a materialidade do texto”.

Tendo em vista a necessidade de despertar no educando habilidades de interpretação e produção escrita a partir de reflexões sobre os gêneros charge e artigo de opinião, torna-se relevante, assim, buscar fundamentos teóricos sobre a leitura e a escrita, pois é através da leitura que o indivíduo aprimora sua escrita, tendo em vista que “os textos são o resultado de ações sociais com a linguagem” (MARCUSCHI, 2006, p.32).

Para Lopes-Rossi (2006), a prática pedagógica da produção/escrita deve sempre iniciar pela didática da leitura, levando o aluno a discutir, comentar e conhecer as condições de produção do gênero abordado na leitura ou, posteriormente, na escrita. Por isso, a autora defende a importância do educando ter contato com tais gêneros, seja por meio de jornais, revistas, etc. A partir daí, no momento da produção textual o aluno é orientado para uma série de inferências, à seleção de informações e argumentos, o uso do vocabulário, o uso de recursos

linguísticos e não linguísticos, a omissão de informações, tom, estilo, etc.

A linguagem ocorre através da interação entre os sujeitos, neste sentido, a sala de aula concretiza-se como um espaço de pesquisa, ação e produção dialógica, aumentando a capacidade de leitura dos alunos e melhorando suas produções textuais.

Os gêneros textuais desempenham importante papel na sociedade. Neste sentido, a charge e o artigo de opinião constituem gêneros e efetivam a interação entre o autor e os leitores de jornais e revistas impressas e de circulação online. Utilizar, portanto, esses gêneros nas aulas de Língua Portuguesa pode ser um caminho para alcançar com maior eficácia os objetivos do ensino da língua de forma mais crítica. É com a interpretação e a produção desses gêneros que se estabelece a comunicação, ampliam-se ideias e pontos de vista, garantindo melhor entendimento da sociedade e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento das relações que nela se estabelecem.

Nesta perspectiva, a presente produção didático-pedagógica abarca o trabalho em torno dos gêneros discursivos charge e artigo de opinião, a serem aplicados em 32 aulas, contemplando leitura, reflexão, análises e produção escrita.

2 MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO

2.1 UNIDADE 1: O GÊNERO DISCURSIVO CHARGE

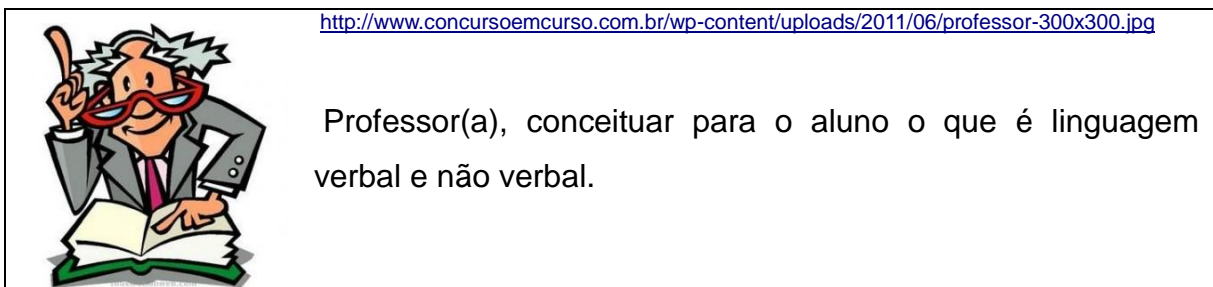
A leitura interpretativa de charge é necessária, pois este gênero vem sendo cobrado cada vez mais em provas de vestibulares, ENEM e concursos em geral, tanto nos temas de redação quanto em questões de língua portuguesa. Isso acontece pelo fato da charge exigir conhecimento de mundo com críticas relacionadas aos fatos sociais. Diante disso, é essencial criar competência aos educandos para a leitura das mesmas.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), com a intenção de desenvolver em nossos alunos a interpretação e uma boa leitura de charge, trataremos, nesse primeiro dia de aula, do conhecimento acerca do que é charge, através de exposição e interação sobre o conteúdo.

Charge refere-se a fatos ocorridos na sociedade, seja no contexto cultural, econômico ou social e está presente nos principais jornais, revistas, blogs e nas redes sociais. Ela satiriza situações específicas, situadas no tempo e no espaço, razão pela qual se encontra sempre apontando para um personagem da vida pública. A charge também costuma associar linguagem verbal e não verbal.



A linguagem verbal compreende o uso da escrita ou da fala como meio de comunicação.

A linguagem não verbal consiste em outra forma de comunicação em que o código utilizado é a simbologia. Utiliza-se de outros meios comunicativos, como placas, figuras, gestos, cores, sons, ou seja, através dos signos visuais e sensoriais.

A linguagem pode ser ainda verbal e não verbal simultaneamente, usando palavras escritas e figuras ao mesmo tempo, como nos casos das charges, cartoon e tirinhas.

Veja os exemplos a seguir:

Charge



Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/amazon/s3/Paixao_020914.jpg?w=625&h=490.
Acesso: 02 set 2014.

Cartoon



Disponível em:

http://umvestibulando.files.wordpress.com/2013/01/cartum_info10_baixa.jpg?w=800.

Acesso: 10 nov 2014.

Cabe ressaltar que o cartoon não retrata personagens conhecidos e não satiriza situações atuais, simplesmente satiriza situações do cotidiano.

Tirinha



Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&ved=0CAcQjRw&url=http%3A%2F%2Fblogmoscabranca.com.br%2F11-tirinhas-em-homenagem-aos-50-anos-da-mafalda%2F&ei=l2FvVMOxKsSpNp-igJAI&psig=AFQjCNFn0bVkzRbyMFxdXj27m75yM6-zDw&ust=1416671868580055> Acesso: 10 nov 2014.

A tirinha é uma sequência de quadrinhos que, ora faz crítica aos valores sociais, ora serve somente para divertir o leitor.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), a charge estará projetada na lousa. Conversar com os alunos primeiramente o que é charge, contar a história da charge, suas características e depois fazer uma análise de várias charges.



Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/charges/index.phtml?ch=Tiago+Recchia&offset=40&foffset=38>

Acesso: 29 set 2014.

O aluno deverá fazer uma breve leitura do que está visualizando. Depois é importante questioná-los:

- O que vocês sabem sobre charges?
- A charge é um texto constituído por linguagem verbal e não verbal, mas principalmente por imagem. Qual a importância de se aprender a ler e interpretá-las?
- Qual o tema que está sendo abordado?

- Quem é o autor?
- Em qual meio foi publicado? Que época?
- O que está sendo criticado?
- Qual sua opinião sobre a mesma?
- Você sabe o que é ironia? Qual é a ironia expressa na charge?



Disponível em: <http://rachacuca.com.br/educacao/vestibular/tags/portugues/> Acesso: 22 set 2014.

- Qual é o tema abordado na charge?
- Ela condiz com a realidade de nosso dia a dia?
- Qual realidade ela reproduz?
- Na nossa comunidade é encontrado esse tipo de situação?
- Qual a classe social abordada na charge? Como você chegou a essa conclusão?



Charge do jornalista ilustrador Cícero Lopes

Disponível em:

<http://www.portugues.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=118&evento=3#menu-galeria>

Acesso: 29 set 2014.

- Você já passou por esse tipo de situação?
- Depois de aguardar, sempre é dada uma solução para seu problema?
- Há respeito pelo consumidor pelo tempo utilizado pelo *call center*?
- Levando em consideração a linguagem não verbal, o que significa a caveira nessa charge?
- Observando o balão de fala: qual o tom de voz utilizado pelo *call center*? Por que você acha que ele utilizou esse tom de voz?



Fonte: ivancabral

Disponível em:

<http://www.portugues.seed.pr.gov.br/modules/oalergia/detalhe.php?foto=118&evento=3#menu-galeria>

Acesso 29 out 2014.

- Os meios de comunicação, nos dias de hoje, nos mostram muito sobre violência. Essa violência pode ser psicológica e/ou moral, mostrada em programas que nos “matam” sem que percebamos. Diante dessa realidade televisiva, quais os programas, em sua opinião, que mais nos violentam em relação a nossa inteligência? E aos valores morais?

- Levando em consideração o tempo que você assiste televisão, responda:

- Os programas que você assiste contém violência?
- Nos programas assistidos por você há mais violência física ou moral?
- Você já deixou de assistir algum programa por achar violento demais?

<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>



Professor(a), levar os alunos no laboratório (Proinfo), já agendado anteriormente, para pesquisar.

Mostrar ao estudante que ele deve estar atento aos acontecimentos na sociedade para ter conhecimento do que a charge está criticando.

Trabalho em grupo:

- Cada grupo pesquisará a charge do dia em revistas e/ou jornais online para interpretá-la:

a) Qual tema está sendo abordado?

b) Que conhecimento o grupo tem sobre esse assunto?

- Pesquise quem são os chargistas do jornal Gazeta do Povo e faça um breve histórico sobre suas charges.

O grupo apresentará a charge escolhida e interpretada para toda a classe, enfatizando as questões abordadas. Além disso, fará uma exposição sobre um chargista escolhido.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor (a), trazer um chargista para uma conversa com a turma sobre o processo de criação, publicação, circulação.

- Qual o profissional que faz charge?

- Você conhece algum chargista?

-Direcionar a conversa com o chargista, mas deixar que os alunos tirem suas dúvidas.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), trazer para a sala de aula o jornal de circulação na cidade para os alunos pesquisarem as charges.

- Formar grupos e distribuir exemplares do Jornal “Correio do Povo” (Jornal de circulação no Município);

- Encontrar a charge;

- Pedir para que os grupos escolham uma e discutam sobre a mesma:

- Onde foi publicada?

- Qual é o tema?

- O que está sendo criticado?
- Qual a influência desse tema com os dias de hoje?
- Qual relação existe entre linguagem verbal e não verbal?

Cada grupo expõe sua charge, formando um debate com o grupo maior e escutando sua contribuição.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), levar charges para a sala de aula, projetando na lousa; fazer um debate sobre a mesma.

Gente fina Bruno Drummond



Blog do colunista: oglobo.com.br/blogs/annotandogente

Email: gentefina@oglobo.com.br

Disponível em: <http://www.temestilo.com.br/blog/12/2010/estilo-todo-mundo-tem-2/> Acesso: 03 out 2014.

Diante da Charge:

- Discutir qual o tema.
- Em relação a nossa sociedade: fazer um paralelo do que a charge mostra e o que isso tem a ver com a comunidade em que vivemos.
- Debater os pontos positivos e os negativos.
- Questionar os alunos a fim de descobrir se eles já viveram, ou conhecem alguém que viveu, uma situação parecida com a da charge.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), levar o aluno a debater sobre quais os valores mais importantes na vivência deles e propor aos mesmos, baseando-se nas informações obtidas diante da entrevista com o chargista, a produção de uma charge para exposição.



Disponível em: http://1.bp.blogspot.com/-vXX_Uxq4mQ8/UtP90AmOwk/AAAAAAAAACNc/Grrf6-ip-ko/s1600/Charge-3.jpg Acesso: 02 out 2014.

Entregar aos educandos a charge com o questionamento e, posteriormente promover um debate:

- Os meios tecnológicos têm melhorado a qualidade de vida? Como?
- Quais os benefícios que a Internet nos traz?
- O uso da Internet tem aproximado ou distanciado os seres humanos?
- A tecnologia tem tornado as pessoas mais individualistas?
- É possível estar informado sobre tudo e todos como está exposto na charge somente estando conectada na rede?
- Quais as vantagens e as desvantagens que o uso da Internet pode trazer para as pessoas em geral?

Após os estudantes responderem, sugere-se conduzir para um debate

através da leitura das respostas. Em seguida, formar grupos e fazer uma produção de charge com o tema discutido, depois expor no mural do saguão da escola.

2.2 GÊNERO DISCURSIVO ARTIGO DE OPINIÃO

O artigo de Opinião consiste em um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. Ele é publicado em jornais, revistas e na internet, e expõe a opinião de um articulista, que pode ser uma autoridade no assunto abordado ou uma pessoa reconhecida na sociedade. Geralmente, discute um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores. Conforme Rodrigues (2007, p. 174), “nesse gênero interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, mas a análise e a posição do autor”.

Esse gênero pertence à ordem do argumentar, uma vez que o sujeito enunciador assume uma posição a respeito de um assunto polêmico e a defende (KOCHE, 2013).



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), converse com os alunos sobre a necessidade de fazer leituras, de ter conhecimento do que está acontecendo na sociedade atual e da importância de termos uma opinião sobre determinado fato.

Fazer a leitura do texto a seguir, mostrando para o aluno por que o texto é um artigo de opinião:

As redes sociais digitais: necessidade ou vício?

Publicado em 29/04/2014 | TANIA TAIT

Com o advento dos aparelhos móveis e a ampliação dos recursos dos celulares, a expansão da internet se dá de forma assustadora e seu uso passa de esporádico para instantâneo. Essa evolução, ao fortalecer o paradigma de “computador onde a pessoa se encontra, a qualquer hora e lugar”, referindo-se aos aparelhos móveis, modifica também comportamentos como o chamado “vício

eletrônico”.

Antes, a expressão indicava o vício das pessoas que não conseguiam se desligar de seus computadores para entrar nas redes sociais, jogar, fazer comentários ou verificar o que está sendo postado. Hoje, a situação se torna mais complexa e alarmante. Basta observar ao redor: pessoas caminhando e usando celular; pessoas em bares e restaurantes que não interagem com outras pessoas, mas com seus aparelhos. Crianças e adolescentes conectados o tempo todo. Adultos usando aparelhos de comunicação em festas e cerimônias formais. Imagens sendo postadas e divulgadas em cada momento. O chamado vício agora se irradia: as pessoas podem acessar suas informações em qualquer lugar e horário, pois carregam os aparelhos consigo.

Ao lado dos inúmeros serviços ofertados na internet, tais como a realização de pesquisas, serviços bancários, serviços públicos e a comercialização de produtos e serviços, entre outros, encontra-se uma forma de comunicação via redes sociais, que se tornou parte do dia a dia das pessoas em todo o mundo. O próprio conceito de redes sociais é antigo e indica a integração de pessoas que têm um objetivo comum e se comunicam para compartilhar ideias ou realizar ações conjuntas. No caso das redes sociais digitais, essa comunicação se dá por meio de uma tecnologia, que fornece acesso por meio de diversos tipos de aparelhos (celulares, tablets etc).

Cada vez mais atraentes, as redes sociais são utilizadas também pelas empresas na promoção de seus bens e serviços, com base no perfil dos usuários e seus interesses. Há uma estrutura para capturar as informações via redes sociais e transformá-las em conteúdo para marketing e propaganda, para captar novos clientes ou garantir os existentes.

Percebe-se, entretanto, que as redes sociais digitais possuem um tempo de vida útil. A rede social digital mais utilizada, atualmente, começa a apresentar desgaste devido ao uso de “correntes”, pensamentos de autores que nem sempre são verídicos, comentários pagos por partidos políticos e excesso de propagandas de empresas na comercialização de seus produtos e serviços. Essas informações descaracterizam o que inicialmente seria utilizado para que as pessoas se comunicassem.

Além dos problemas psicológicos de vício e isolamento social que estão sendo estudados, não se pode negligenciar outros itens no quesito saúde, devido à

radiação e ao contato direto com os aparelhos, que trazem problemas como diminuição da visão, tendinite, dor nas costas, má postura e ansiedade, entre outros.

Destaca-se, por sua vez, o lado fantástico dessa tecnologia que possibilita comunicação em tempo real, com fotos, imagens e comentários, o que pode aproximar as pessoas e colocá-las a par dos acontecimentos familiares, de relacionamentos e de acontecimentos de interesse público, mesmo a longa distância. Inclusive comenta-se que as pessoas nunca escreveram ou leram tanto como após o advento das tecnologias de informação e comunicação. Não vamos entrar aqui no mérito do que e de como se escreve, o que tem se tornado preocupação dos professores e professoras de Língua Portuguesa pela qualidade duvidosa e pelos incontáveis erros de escrita que circulam pela internet.

Enfim, devemos aprender a dosar o uso das novas tecnologias de comunicação para que seus benefícios possam ser aproveitados de maneira a contribuir para a real aproximação e compartilhamento entre as pessoas, com liberdade e não como escravidão e dominação.

Tania Tait, professora associada do Departamento de Informática da Universidade Estadual de Maringá, é coautora do livro Aspectos Sociais da Informática.
Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1465221&tit=As-redes-sociais-digitais-necessidade-ou-vicio> Acesso: 05 set 2014.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>


Professor(a), o texto estará projetado na lousa e cada aluno terá uma cópia.

Após a leitura mostrar ao aluno:

- a referência que indica que este é um artigo de opinião;
- onde foi publicado;
- quando foi publicado;
- quem escreveu;
- os argumentos utilizados para sustentar a opinião;
- a estrutura formal do artigo de opinião;

Analisar os pontos positivos e negativos expostos no texto. Levar o aluno a

expor oralmente sua opinião a respeito.

	http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg
<p>Professor(a), após a leitura de um artigo de opinião, orientar o aluno sobre o que é artigo de opinião, onde é publicado e quais as características.</p>	

Entregar para o aluno em folha impressa o conteúdo a seguir e explicar:

O que é Artigo de Opinião?

O artigo de opinião é um texto em que o autor expõe seu posicionamento diante de um tema atual que é de interesse de muitos. É um texto dissertativo que apresenta argumentos sobre o assunto abordado, portanto, o escritor além de expor seu ponto de vista, deve sustentá-lo através de informações coerentes e admissíveis.

Logo, as ideias defendidas no artigo de opinião são de total responsabilidade do autor, e, por este motivo, o mesmo deve ter cuidado com a veracidade dos elementos apresentados, além de assinar o texto final.

Contudo, em vestibulares, a assinatura é desnecessária, uma vez que pode identificar a autoria e desclassificar o candidato.

O artigo de opinião é encontrado em jornais, revistas e internet. A leitura é breve e simples, pois são textos pequenos e de linguagem objetiva, uma vez que a intenção é atingir todo tipo de leitor.

A persuasão é muito peculiar neste tipo de gênero textual, pois o mesmo consiste no convencimento; por este motivo, é comum presenciarmos descrições detalhadas, apelo emotivo, acusações, humor satírico, ironia e fontes de informações precisas. E, por ter uma linguagem objetiva, constam repletos sinais de exclamação e interrogação, os quais incitam à posição de reflexão favorável ao enfoque do leitor. Outros aspectos persuasivos são as orações no imperativo e a utilização de conjunções que agem como elementos articuladores e dão maior clareza às ideias.

Geralmente, o artigo de opinião é escrito em primeira pessoa, já que se trata

de um texto com marcas pessoais e, portanto, com indícios claros de subjetividade, porém, pode surgir em terceira pessoa.

Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/redacao/artigo-opiniao.htm> Acesso: 03 set 2014.

Quais as características do artigo de opinião?

- Contém um título polêmico ou provocador.
- Expõe uma ideia ou ponto de vista sobre determinado assunto.
- Apresenta três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Utiliza verbos predominantemente no presente.
- Utiliza linguagem objetiva (3ª pessoa) ou subjetiva (1ª pessoa).

Disponível em: <http://pessoal.educacional.com.br/up/4380001/881679/t1323.asp> Acesso: 03 set 2014.

Estrutura

Para a produção de um artigo de opinião, é necessário que haja um problema a ser discutido e seja proposta uma solução ou avaliação. Assim, o artigo de opinião pode ser estruturado da seguinte forma:

- Situação- problema: coloca a questão a ser desenvolvida para guiar o leitor ao que virá nas demais partes do texto.
- Discussão: expõe os argumentos e constrói a opinião a respeito da questão examinada.
- Situação- avaliação: evidencia a resposta à questão apresentada, podendo haver a reafirmação da posição assumida ou a apreciação do assunto abordado (KOCHE, 2013).

Tipos de Argumentos

Para dar consistência argumentativa ao artigo de opinião, pode-se utilizar diferentes argumentos:

- Argumento de autoridade: consiste na citação de autores renomados ou de autoridades no assunto para comprovar uma ideia, uma tese ou um ponto de vista.
- Argumento de consenso: consiste no uso de proposições evidentes por si mesmas ou universalmente aceitas como verdade.
- Argumento de provas concretas: apoia-se em fatos, dados estatísticos,

exemplos e ilustrações para comprovar a veracidade do que se diz.

- Argumento de competência linguística: consiste no emprego da linguagem adequada à situação de interlocução (KOCHE, 2013).



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), nesse primeiro texto é interessante deixar o alunos se expressarem oralmente e depois ouvir a opinião dos outros colegas. Após, pedir que produzam um artigo de opinião e comparem as produções.

Como motivação para a escrita, solicitar que elaborem um artigo de opinião com base no texto lido e debatido anteriormente, bem como apoiando-se na charge a seguir:




<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), mostrar aos alunos que a charge está relacionada com o artigo de opinião, pois tanto um como o outro está criticando um fato que ocorre na sociedade.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>




Professor(a), após a produção fazer a socialização (que acontecerá através da troca dos textos) e organizar a análise que será feita pelo colega.

Após a produção do artigo de opinião, recolher os textos e fazer uma troca onde os colegas estejam lendo e fazendo a análise da produção, baseada nos questionamentos:

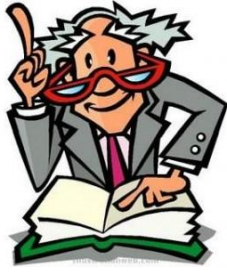
- A produção é compreensível do ponto de vista estrutural?
- Tem introdução, desenvolvimento e conclusão?
- Usa argumentos consistentes para defender sua posição?
- Utiliza o presente como tempo verbal predominante?

<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>



Professor(a), procurar sempre incentivar o aluno a fazer leituras e verificar o que está acontecendo na sociedade para poder despertar no mesmo uma boa argumentação na escrita.

Após as interferências feitas pelos alunos no texto do colega, organizar um círculo onde cada um fale sobre as impressões que tiveram sobre a produção, bem como ler para todos as respostas elaboradas sobre os textos. Posteriormente, recolher o texto e a análise para escolher um (com o acordo do aluno que escreveu) a fim de fazer um comentário com a turma toda, ajudando- a compreender melhor a estrutura do artigo de opinião.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), é importante levar o aluno a ter acesso aos meios de comunicação (jornal, revista ou internet) que circulam na comunidade onde eles vivem para fazer leituras e saber onde e como encontrar uma artigo de opinião.

Os alunos têm maior acesso à internet, mas como na comunidade o jornal “Correio do Povo” é o jornal que a maioria dos alunos tem acesso. Então serão distribuídos exemplares e eles terão a oportunidade de encontrar o artigo de opinião; como eles estarão com os jornais será possível ter uma certa confusão entre artigo de opinião e editorial.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), mostrar para o aluno a diferença entre o artigo de opinião e o editorial para que o mesmo não se confunda, mas é interessante deixar ele livre na pesquisa, para depois mostrar a diferença.

Exemplo de editorial:

Juízes, deuses e a perda da noção do óbvio

Publicado em 16/11/2014

Que tipo de mentalidade está por trás de atitudes como a de condenar a agente de trânsito que puniu um juiz durante uma blitz no Rio de Janeiro?

Quase todo motorista flagrado dirigindo um automóvel sem placa e que não esteja portando nem os documentos do carro, nem a própria carteira de habilitação considerará justa a punição que receber. Poderá até argumentar, pedir ao fiscal que alivie por causa deste ou daquele fator, mas no fim saberá que a multa ou a apreensão do veículo, longe de constituírem arbitrariedades, são os desfechos previstos para a irregularidade. Dizemos “quase” porque, como agora todo o Brasil sabe, há quem se considere acima de “banalidades” como o Código Brasileiro de Trânsito ou a Lei Seca.

Foi o caso do juiz João Carlos de Souza Correa, flagrado exatamente nessas circunstâncias – sem habilitação e sem documentação do *Land Rover* não emplacado que dirigia – em uma blitz no bairro carioca do Leblon, três anos atrás. Correa, no melhor estilo “você sabe com quem está falando?” – hábito dissecado por sociólogos como Roberto DaMatta –, se identificou como magistrado. A agente de trânsito Luciana Tamburini, ciente de que todos são iguais perante a lei, fez o que lhe cabia, determinando a apreensão do carro de luxo. Mas um comentário um tanto óbvio, o de que “juiz não é Deus”, despertou a ira do magistrado, que lhe deu voz de prisão e exigiu que Luciana fosse levada a um distrito policial.

Por si só, a situação já é suficientemente absurda. Mas ela ganhou contornos ainda mais surreais quando a agente buscou a Justiça pedindo ressarcimento por danos morais causados pelo abuso de poder de Correa. A juíza de primeira instância Andrea Quintella, em uma decisão nitidamente corporativista, inverteu a culpa, condenando a agente – ela é que teria provocado dano moral ao juiz ao desrespeitá-lo – a pagar multa de R\$ 5 mil. Luciana entrou com recurso, cujo relator foi o desembargador José Carlos Paes, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Ele manteve o entendimento da primeira instância e, para completar o descalabro, a condenação e a multa foram confirmadas, na quarta-feira passada, por decisão unânime da 14.^a Câmara Civil do TJ-RJ.

A injustiça está para ser consertada – pelo menos em parte. Uma vaquinha virtual levantou os recursos para o pagamento da multa. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está analisando o comportamento de Correa (infelizmente, o pior que poderá lhe acontecer é uma aposentadoria compulsória), e a seccional fluminense da OAB informou que pedirá ao CNJ o afastamento do magistrado. E Luciana prometeu recorrer aos tribunais superiores contra a condenação no TJ-RJ. Mas a pergunta que fica, nesse episódio, é mais profunda: que tipo de mentalidade está por trás de atitudes como essas?

Correa, que é juiz, certamente conhece o princípio de que todos são iguais perante a lei. E, apenas pelo fato de ser humano, certamente sabe que não tem status nem poderes divinos. Como é que, mesmo assim, se perde o sentido do óbvio? A resposta está no crescente relaxamento ético que está, lentamente, causando um enorme dano moral ao país.

Esse tipo de comportamento floresce em um ambiente no qual já não existem sólidas referências morais que sirvam de exemplo a uma sociedade; em que a

busca pela excelência é substituída pela lei do mínimo esforço; em que crimes viram atos de heroísmo, a depender da finalidade com a qual são cometidos; em que os maus exemplos dos altos círculos políticos e do cidadão comum se retroalimentam. Quando tudo isso se junta, surgem os que se julgam acima da lei.

O que falta é olhar os demais como pessoas, iguais em dignidade, e não como capachos, escadas ou escravos. Entender que as leis são para todos e que não há “uns mais iguais que os outros”. O caso de Luciana Tamburini é uma oportunidade ímpar de deixar clara essa verdade. O Brasil inteiro – e isso inclui também todos os juizes que não compactuam com esse corporativismo – espera que o CNJ e a corte que analisar, em última instância, o pleito da agente de trânsito possam restabelecer a justiça para com alguém que nada mais fez que cumprir seu dever.

Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?tl=1&id=1513830&tit=Juizes-deuses-e-a-perda-da-nocao-do-obvio> Acesso: 16 nov 2014.

Artigo de Opinião

Sexo e sangue

Publicado em 15/11/2014

Estevão Gutierrez Brandão Pontes, advogado, pós-graduado em Direito Público pela Uniasselvi (SC) e membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PR

“Notícia boa não é notícia”. Essa frase triste, eu a ouvi de uma amiga repórter, com visão equivocada de como atrair a atenção do leitor ou espectador. Depois de ouvir esta frase, pensei: “se fosse noticiar tudo o que ocorre de bom, não haveria espaço suficiente nos meios de comunicação”. Fazendo uma análise neuropsicológica, a notícia ruim chama a atenção imediata da mente e do cérebro, pois aciona a região cerebral de ataque ou fuga que provoca o estresse. Existe uma expressão popular que cunha a imprensa de má qualidade: “imprensa marrom”, que diz respeito à imprensa sem conteúdo, que não consegue fazer matérias jornalísticas de qualidade, então passa a remoer sentimentos mais brutos, causando estresse coletivo. Não digo que notícias ruins devem ser omitidas, mas a elas, de forma inteligente, deve-se apresentar soluções e não remoê-las em sentimentos negativos.

Pelas minhas observações, essa imprensa marrom, que assim age,

corresponde a 10% da imprensa, sem qualidade e sem compromisso com a verdade. Não estou aqui defendendo a censura, que foi tão triste, trouxe tantas consequências ruins a nosso país e ainda as traz em algumas ditaduras, como a chinesa.

Acredito na imprensa de qualidade, livre, que apresenta soluções quando expõe problemas e sabe noticiar coisas boas, sim. Aquela que denuncia a corrupção com provas, pois o dinheiro público é fundamental para todos. Aquela que é importantíssima para a democracia, honrando a liberdade de expressão, prevista no art. 5, IX da Constituição Federal. Uma imprensa de qualidade que trata de assuntos os mais variados, sejam problemas sociais ou não, procurando melhoria coletiva ou noticiando exemplos produtivos, que motivam quem os vê.

Sou contra a censura. Acredito que um veículo de comunicação maduro deve contratar a figura do *ombudsman*, aquele profissional que está apto a receber críticas, elogios e sugestões ao meio de comunicação, para levar isso à pauta e fazer o veículo de imprensa amadurecer, apontando acertos e erros, sendo sempre liberto de influências econômicas.

A imprensa que alimenta sentimentos baixos, sem se preocupar se suas fontes são verídicas ou não, minoria marrom, ainda existe, pois os que a produzem pensam que ela tem audiência, principalmente fora do horário nobre, quando geralmente esses programas se apresentam. Mente estreita deve ter quem lhes dá audiência. Sobre esse jornalismo baixo, minoria da imprensa, para sua melhora e evolução há uma solução: desligar a televisão e ler um bom livro.

Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/servicos/conteudo.phtml?tl=1&id=1513779&tit=Sexo-e-sangue>

Acesso: 15 nov 2014.

Editorial X Artigo de Opinião

Os editoriais assim como o artigo de opinião estão nos jornais e revistas, o que difere um do outro é o seguinte:

Editorial: não é assinado, o jornalista não expõe seu ponto de vista, mas da instituição para a qual trabalha, que, desse modo, assume a responsabilidade pelas declarações presentes no texto.

Artigo de Opinião: é assinado, as ideias defendidas são de total responsabilidade do autor, por este motivo, o autor deve ter cuidado com a

veracidade do que está sendo apresentado.

Ainda com os jornais, formar grupos na turma e eleger um artigo de opinião para expor, o qual for escolhido será lido e comentado para a turma.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), trazer um artigo de opinião para fazer a análise junto com os alunos, projetar o texto na lousa e entregar as questões impressas.

Cidadania é para todos

Publicado em 21/02/2014 | EDUARDO AUGUSTO SALOMÃO CAMBI

Os protestos iniciados em meados de 2013 desencadearam reflexões sobre a realidade político-social brasileira, a qualidade e o custo dos serviços públicos e os desafios éticos dos governantes. Nas manifestações que levaram milhões de brasileiros às ruas foi colocada em prática a cidadania – conceito que inclui a participação coletiva para o bem-estar da sociedade. Parte desses atos, porém, derivou para a violência e a total falta de controle, tanto por parte dos manifestantes quanto do poder público, como se pôde perceber no caso recente da morte do cinegrafista Santiago Andrade.

Para evitar que episódios lamentáveis como esse se tornem frequentes, é indispensável a organização da coletividade no que se refere ao exercício da democracia e ao conhecimento pleno do significado de cidadania. Nesse sentido, as contribuições para a organização da sociedade são sempre bem-vindas, pois ajudam a romper a alienação popular e a promover a cidadania, a fim de assegurar a consciência dos direitos e dos deveres de cada um e uma maior capacidade de participação na vida pública.

Mas como se promove a cidadania? Nas urnas, no parlamento, na escola, nas ruas, em casa, nas redes sociais, no exemplo nosso de cada dia. A educação popular é um pré-requisito para a compreensão e o exercício dos deveres e direitos fundamentais. É no que acredita o Movimento Paraná Sem Corrupção, coordenado pelo Ministério Público do Paraná, que neste ano coloca a cidadania como foco de

suas ações.

O movimento tem a adesão de várias instituições, empresas, sindicatos, associações, entidades da sociedade civil organizada e dos meios de comunicação interessados em contribuir para o debate público e a transformação da sociedade, por meio de ações que reforcem uma cultura baseada na honestidade, na dignidade, em princípios éticos e na participação social.

A proposta deste ano é provocar a reflexão sobre o que é cidadania e incentivar a criação coletiva de significados para a palavra, transformando um conceito aparentemente abstrato em exemplos do cotidiano de cada um – mostrar que a cidadania está nas grandes e pequenas atitudes, tão importantes para cada indivíduo e também para a democracia, a república e a satisfação do bem comum.

O que está na essência da campanha – que incentiva os internautas a postar em suas redes sociais a hashtag #cidadania e dar sua opinião sobre o tema – é um processo de educação pelo diálogo, para que se resgatem valores indispensáveis à transformação social.

Além da conscientização da população, o movimento atuará também para promover a educação voltada ao exercício da cidadania dentro das instituições de ensino. Isso porque há o entendimento de que levar para o ambiente escolar o debate sobre conceitos como o de democracia, política e cidadania é essencial para a formação dos nossos jovens. Tudo sem perder de vista que educação é um processo contínuo e permanente. A fixação de valores exige tempo e precisa da comunhão de esforços de atores sociais (educadores, empresários, comerciantes, servidores públicos, enfim, cidadãos) preocupados com a formação para a cidadania.

É preciso, portanto, ampliar os espaços democráticos e incentivar que as pessoas participem cada vez mais das discussões políticas e sociais. O longe, no entanto, só se alcança com o que está perto, com o entendimento de que respeito, gentileza, tolerância, paz são atitudes de todos e de cada um. E para você, o que é cidadania?

Eduardo Augusto Salomão Cambi, promotor de Justiça do MP-PR, é coordenador do Movimento Paraná Sem Corrupção.

Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1449054&tit=Cidadania-e-para-todos>

Acesso: 29 out 2014.

Para o aluno responder:

- Qual o assunto abordado pelo texto?
- Que título você daria para esse texto?
- Qual a opinião de Eduardo a respeito?
- Qual argumento Eduardo usa para defender sua opinião?
- Em qual parte do texto pode-se confirmar sua resposta?
- Eduardo, em sua conclusão, dá alguma solução para o problema? Qual?
- Qual é a sua opinião em relação ao tema?

<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>



Professor(a), agora que o aluno já tem conhecimento de como é e como faz um artigo de opinião, propor uma produção, mas antes conversar sobre o tema que será abordado para que o estudante sinta-se mais seguro na hora da escrita.



<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

Professor(a), um texto informativo sobre o tema deverá ser entregue antes para que os educandos façam leitura que subsidiem os argumentos.

Texto informativo

Redução da maioria penal

José Heitor dos Santos - Promotor de Justiça no Estado de São Paulo, Mestre em Direito Público, professor de Direito Processual Civil na Unip, no Estado de São Paulo. Sócio-fundador da AREJ – Academia Riopretense de Estudos Jurídicos

No Brasil, a maioria penal já foi reduzida: começa aos 12 anos de idade. A discussão sobre o tema, portanto, é estéril e objetiva, na verdade, isentar os culpados de responsabilidade pelo desrespeito aos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente, previstos na Constituição Federal.

O maior de 18 anos de idade que pratica crimes e contravenções penais (infrações penais) pode ser preso, processado, condenado e, se o caso, cumprir pena em presídios. O menor de 18 anos de idade, de igual modo, também responde pelos crimes ou contravenções penais (atos infracionais) que pratica.

Assim, um adolescente com 12 anos de idade (que na verdade ainda é psicologicamente uma criança), que comete atos infracionais (crimes), pode ser internado (preso), processado, sancionado (condenado) e, se o caso, cumprir a medida (pena) em estabelecimentos educacionais, que são verdadeiros presídios.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao adotar a teoria da proteção integral, que vê a criança e o adolescente (menores) como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, necessitando, em consequência, de proteção diferenciada, especializada e integral, não teve por objetivo manter a impunidade de jovens, autores de infrações penais, tanto que criou diversas medidas sócio-educativas que, na realidade, são verdadeiras penas, iguais àquelas aplicadas aos adultos.

Assim, um menor com 12 anos de idade, que mata seu semelhante, se necessário, pode ser internado provisoriamente pelo prazo de 45 dias, internação esta que não passa de uma prisão, sendo semelhante, para o maior, à prisão temporária ou preventiva, com a ressalva de que para o maior o prazo da prisão temporária, em algumas situações, não pode ser superior a 10 dias. Custodiado provisoriamente, sem sentença definitiva, o menor responde ao processo, com assistência de advogado, tem de indicar testemunhas de defesa, senta no banco dos réus, participa do julgamento, tudo igual ao maior de 18 anos, mas apenas com 12 anos de idade. Não é só. Ao final do processo, pode ser sancionado, na verdade condenado, e, em consequência, ser obrigado a cumprir uma medida, que pode ser a internação, na verdade uma pena privativa de liberdade, em estabelecimento educacional, na verdade presídio de menores, pelo prazo máximo de 3 anos.

A esta altura, muitos devem estar se perguntando: Mas a maioridade penal não se inicia aos 18 anos de idade?

Sim e não!

A Constituição Federal (art. 228) e as leis infraconstitucionais, como por exemplo o Código Penal (art. 27), o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 104) dizem que sim, ou seja, que a maioridade penal começa aos 18 anos, contudo o que acontece na prática é bem diferente, pois as medidas sócio-educativas aplicadas

aos menores (adolescentes de 12 a 18 anos de idade) são verdadeiras penas, iguais as que são aplicadas aos adultos, logo é forçoso concluir que a maioridade penal, no Brasil, começa aos 12 anos de idade.

Vale lembrar, nesse particular, que a internação em estabelecimento educacional, a inserção em regime de semiliberdade, a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade, algumas das medidas previstas no Estatuto da Criança e do adolescente (art. 112), são iguais ou muito semelhantes àquelas previstas no Código Penal para os adultos que são: prisão, igual à internação do menor; regime semi-aberto, semelhante à inserção do menor em regime de semiliberdade; prisão albergue ou domiciliar, semelhante a liberdade assistida aplicada ao menor; prestação de serviços à comunidade, exatamente igual para menores e adultos.

É verdade que ao criar as medidas sócio-educativas, o legislador tentou dar um tratamento diferenciado aos menores, reconhecendo neles a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Nessa linha, as medidas deveriam ser aplicadas para recuperar e reintegrar o jovem à comunidade, o que lamentavelmente não ocorre, pois ao serem executadas transformam-se em verdadeiras penas, completamente inócuas, ineficazes, gerando a impunidade, tão reclamada e combatida por todos.

No processo de sua execução, esta é a verdade, as medidas transformam-se em castigos, revoltam os menores, os maiores, a sociedade, não recuperam ninguém, a exemplo do que ocorre no sistema penitenciário adotado para os adultos.

A questão, portanto, não é reduzir a maioridade penal, que na prática já foi reduzida, mas discutir o processo de execução das medidas aplicadas aos menores, que é completamente falho, corrigi-lo, pô-lo em funcionamento e, além disso, aperfeiçoá-lo, buscando assim a recuperação de jovens que se envolvem em crimes, evitando-se, de outro lado, com esse atual processo de execução, semelhante ao adotado para o maior, que é reconhecidamente falido, corrompê-los ainda mais.

O Estado, Poder Público, Família e Sociedade, que têm por obrigação garantir os direitos fundamentais da criança e do adolescente (menores), não podem, para cobrir suas falhas e faltas, que são gritantes e vergonhosas, exigir que a maioridade penal seja reduzida.

Para ilustrar, vejam quantas crianças sem escola (quase três milhões) e sem saúde (milhões) por omissão do Estado; quantas outras abandonadas nas ruas ou em instituições, por omissão dos pais e da família; quantas sofrendo abusos sexuais e violências domésticas por parte dos pais e da família; quantas exploradas no trabalho, no campo e na cidade (cerca de 7,5 milhões), sendo obrigadas a trabalhar em minas, galerias de esgotos, matadouros, curtumes, carvoarias, pedreiras, lavouras, bateadeiras de sisal, no corte da cana-de-açúcar, em depósitos de lixo etc, por ação dos pais e omissão do Estado.

A sociedade, por seu lado, que não desconhece todos estes problemas, que prejudicam sensivelmente os menores, não exige mudanças, tolera, aceita, cala-se, mas ao vê-los envolvidos em crimes, muito provavelmente por conta destas situações, grita, esperneia, sugere, cobra, coloca-os em situação irregular e exige, para eles, punição, castigo, internação, abrigo em instituições.

Ora, quem está em situação irregular não é a criança ou o adolescente, mas o Estado, que não cumpre suas políticas sociais básicas; a Família, que não tem estrutura e abandona a criança; os pais que descumprem os deveres do pátrio poder; a Sociedade, que não exige do Poder Público a execução de políticas públicas sociais dirigidas à criança e ao adolescente.

O sistema é falho, principalmente o da execução das medidas sócio-educativas, para não dizer falido, mas o menor, um ser em desenvolvimento, que necessita do auxílio de todos para ser criado, educado e formado, é quem vem sofrendo as consequências da falta de todos aqueles que de fato e de direito são os verdadeiros culpados pela sua situação de risco.

Não bastasse isso, o que, por si só, já é extremamente grave, pretendem alguns reduzir a maioria penal, tentando, com a proposta, diminuir sua culpa e eliminar os problemas da criminalidade, esquecendo-se, porém, além de tantos outros aspectos, que metade da população é composta de crianças e adolescentes, os quais, contudo, são autores de apenas 10% dos crimes praticados.

A proposta de redução busca encobrir as falhas dos Poderes, das Instituições, da Família e da Sociedade e, de outro lado, revela a falta de coragem de muitos em enfrentar o problema na sua raiz, cumprindo ou compelindo os faltosos a cumprir com seus deveres, o que é lamentável pois preferem atingir os mais fracos - crianças e adolescentes -, que muitas vezes não têm, para socorrê-los, sequer o auxílio da família.

Por estes motivos e outros, repudiamos a proposta de redução da maioridade penal, que, se vingar, configurará um "crime hediondo", praticado contra milhões de crianças e adolescentes, que vivem em situação de risco por culpa não deles mas de outros que estão tentando esconder suas faltas atrás desta proposta, que, ademais, se aprovada, não diminuirá a criminalidade, a exemplo do que já ocorreu em outros países do Mundo.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id102.htm> Acesso: 16 nov 2014.

Charge



Charge da semana: Maioridade Penal / Julia Lemes / Da Redação

Disponível em:

<http://www.amambainoticias.com.br/media/images/967/41927/tmp/wmX-850x565x4-51a546936ba3fa4cb0302f468dbfbdbe82441e38a98a2.jpg> Acesso: 26 out 2014.

Baseando-se na charge e no texto informativo, propor ao aluno uma produção de artigo de opinião com o tema: Redução da maioridade penal: solução ou problema?

Após a produção do artigo de opinião recolher os textos para fazer a correção.



Professor(a), expor os textos dos alunos em um lugar visível para toda a escola, para que se sintam valorizados e incentivados para continuarem a escrever. Seria interessante fazer contato com o jornal de sua região, e ver a possibilidade de publicação de um ou mais artigos produzidos pelos alunos. Outra ideia seria a de fazer uma pasta de artigos de opinião para deixar na biblioteca da escola, a fim de que esses sejam lidos por outros alunos.

Com os textos já corrigidos, pedir para que os alunos façam a reescrita dos mesmos, para esses textos serem expostos no saguão da escola. Explicar a importância dos textos tornarem-se conhecidos e pedir a permissão para que alguns textos sejam publicados no jornal “Correio do Povo”.

A circulação das produções textuais dos estudantes revelará aos mesmos que não escrevem apenas para si e para a professora, mas que têm um interlocutor, um público. Assim, o estudante irá se sentir motivado e preocupado com a estruturação de suas ideias, buscando clareza e coerência.

3 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

O trabalho que se propõe é desenvolver uma metodologia para trabalhar a leitura e a escrita, levando os alunos da 9º ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Rui Barbosa, do município de Nova Laranjeiras – Pr, ao acesso às informações, à ampliação do vocabulário, ao desenvolvimento da criticidade e, ainda, ao interesse na busca pelo conhecimento sobre diversos assuntos.

Inicialmente, fez-se uma revisão bibliográfica sobre o conteúdo. Em seguida foi organizada a produção didático-pedagógica, ou seja, a Unidade Didática. A partir da sistematização dos dados obtidos durante a aplicação das atividades didático-pedagógicas, bem como das experiências vivenciadas, será elaborado o artigo final que, posteriormente poderá ser utilizado para consultas dos demais professores.

A aplicação deste projeto de intervenção totalizará 32 horas.

4 CRONOGRAMA DE AÇÕES

Atividades	2014		2015	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Leitura dirigida	X	X	X	X
Elaboração do projeto	X	X		
Organização das Estratégias de Ação		X		
Seleção das atividades	X	X		
Elaboração do material didático		X		
Intervenção na escola				X
Divulgação e discussão no grupo de trabalho em rede				X
Análise das intervenções				X
Elaboração do artigo final				X

5 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

http://1.bp.blogspot.com/-vXX_Uxq4mQ8/UtP90AmOwkl/AAAAAAAAACNc/Grrf6-ipko/s1600/Charge-3.jpg (Acesso: 02 out 2014)

<http://rachacuca.com.br/educacao/vestibular/tags/portugues/> Acesso: 22 set 2014.

http://umvestibulando.files.wordpress.com/2013/01/cartum_info10_baixa.jpg?w=800. (Acesso: 10 nov 2014)

<http://www.amambainoticias.com.br/media/images/967/41927/tmp/wmX-850x565x4-51a546936ba3fa4cb0302f468dbfbdbe82441e38a98a2.jpg> (Acesso: 26 out 2014)

<http://www.concursoemcurso.com.br/wp-content/uploads/2011/06/professor-300x300.jpg>

http://www.gazetadopovo.com.br/amazon/s3/Paixao_020914.jpg?w=625&h=490. Acesso: 02 set 2014.

<http://www.gazetadopovo.com.br/charges/index.phtml?ch=Tiago+Recchia&offset=40&foffset=38> (Acesso: 29 set 2014)

<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1449054&tit=Cidadania-e-para-todos> (Acesso: 29 out 2014)

<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1465221&tit=As-redes-sociais-digitais-necessidade-ou-vicio> (Acesso: 05 set 2014)

<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?tl=1&id=1513830&tit=Juize-s-deuses-e-a-perda-da-nocao-do-obvio> (Acesso: 16 nov 2014)

<http://www.gazetadopovo.com.br/servicos/conteudo.phtml?tl=1&id=1513779&tit=Sex-o-e-sangue> (Acesso: 15 nov 2014)

<http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id102.htm> (Acesso: 16 nov 2014)

<http://www.mundoeducacao.com/redacao/artigo-opiniaio.htm> (Acesso: 03 set 2014)

<http://www.ojornalista.com/2012/02/voce-e-viciado-em-internet/>(Acesso: 05 out 2014)

<http://www.portugues.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=118&evento=3#menu-galeria> (Acesso: 29 set 2014)

<http://www.portugues.seed.pr.gov.br/modules/oalergia/detalhe.php?foto=118&evento=3#menu-galeria> (Acesso 29 out 2014)

<http://www.temestilo.com.br/blog/12/2010/estilo-todo-mundo-tem-2/> (Acesso: 03 out 2014)

<https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&ved=0CAcQjRw&url=http%3A%2F%2Fblogmoscabranca.com.br%2F11-tirinhas-em-homenagem-aos-50-anos-da-mafalda%2F&ei=l2FvVMOxKsSpNp-jgJAI&psig=AFQjCNFn0bVkzRbyMFxdXj27m75yM6-zDw&ust=1416671868580055> (Acesso: 10 nov 2014)

Koche, Vanilda Salton. **Leitura e Produção Textual: Gêneros textuais do argumentar e expor.** Vanilda Salton Koche; Odete Maria Benetti Boff; Adiane Fogali Marinello. 4ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LESSA, David Perdigão. **O gênero textual charge e sua aplicabilidade em sala de aula.** Revista Travessias, nº 01. Disponível em:

http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_001/linguagem/O%20G%CANERO%20TEXTUAL%20CHARGE%20E%20SUA.pdf Acesso: 27 jul 2014.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos.** *In.:* KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais:** configuração, dinamicidade e circulação. *In.:* KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais:** definição e funcionalidade. *In.:* DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Angela Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais e ensino. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica:** Língua Portuguesa. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2008.

PPP – Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Rui Barbosa - EFMeP. Nova Laranjeiras/PR, 2014.